

MEDIA



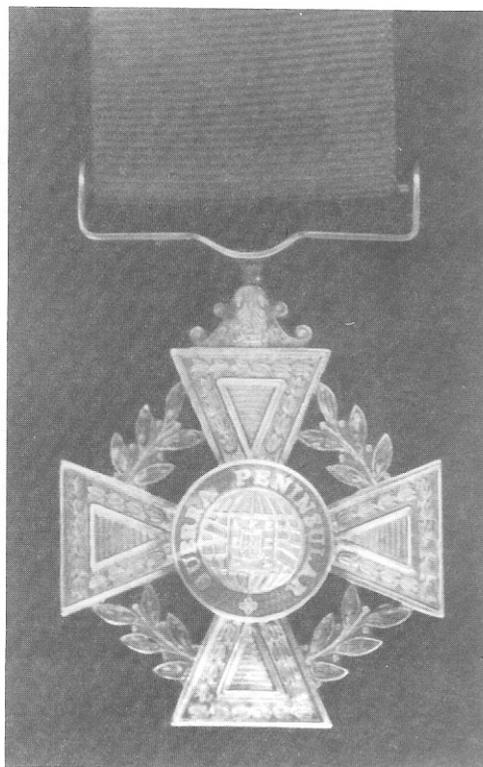
REVISTA PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA, MEDALHÍSTICA E NOTAFILIA
 VOLUME XXV N.º 2 ABRIL / JUNHO 2000 - 750\$00 (Iva Inc.)



A MODERNIDADE EMBLEMÁTICA

O INÍCIO DA MODERNIDADE EMBLEMÁTICA EM PORTUGAL

Por António Miguel Trigueiros



Durante a regência e reinado de D. João VI (1799-1826), Portugal conheceu mais inovações na simbologia e na emblemática nacionais – insígnias e cores das suas fitas e laços – do que em qualquer outro período da nossa história. Foi um período fértil em mudanças, sem dúvida impostas pela guerra na Península, pela retirada da Corte para o Brasil, pela revolução de 1820 e contra-revolução de 1823, pela própria independência do Brasil.

Criaram-se, pela primeira vez, cruzes e medalhas de condecoração para as forças armadas de terra e do mar, medalhas de distinção militar e civil, surgiram insígnias de novas Ordens militares e honoríficas com tipologia nunca antes vista. E foi ainda no tempo de D. João VI que se deu início à tra-

dição protocolar de troca de condecorações entre Chefes de Estado.

Insígnias de condecoração

Quem veja hoje a cruz da **Medalha de Valor Militar** portuguesa – a de maior importância, só precedida pela **Ordem da Torre e Espada** – estará longe de imaginar que o seu desenho foi decalcado da **Cruz das Campanhas da Guerra Peninsular**. Foi esta a nossa primeira cruz de guerra nacional, criada em 1816 (Junho 28) e regulamentada em 1820 (Março 26).

Foi também durante a regência de D. João (1799-1816) que surgiram as primeiras medalhas de distinção civil e militar, para premiar valorosos actos praticados na restauração do legítimo



governo de Portugal durante as invasões francesas: em 1808, Coimbra, **Corpo de Voluntários Acadêmicos** (Julho 22) e **Corpo de Voluntários Eclesiásticos** (Dezembro 27); **Olhão**, aos seus habitantes (Novembro 15); em 1816, as medalhas de condecoração de **Ações em Comando** da guerra Peninsular (Junho 26); e, em 1823, as medalhas da **Fidelidade ao Rei e à Pátria** (Junho 24) e da **Heróica Fidelidade Transmontana**, (Junho 28), criadas aquando da revolução da Vila-Francada.

Novas Ordens Militares

Com a instituição de duas novas Ordens Militares, a **Ordem da Torre e Espada** em 1808 (Maio 13 e Novembro 29), no Rio de Janeiro (criada sobretudo para premiar os militares ingleses) e a **Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa** em 1818 (Fevereiro 6), tam-

bém no Rio, no dia da sua aclamação, D. João passou a dispôr de insígnias emblemáticas com que galardoar soberanos, príncipes e súbditos estrangeiros não católicos, incluindo os "herejes" ingleses, aos quais não era possível agraciar com as cruces das antigas Ordens de Cavalaria portuguesas. Destas, apenas o Príncipe da Paz, Manuel Godoy, foi agraciado com a Grã-Cruz da **Ordem Militar de Cristo** em 1796 (Março 23). Junot recebeu a sua em 1805 (Setembro ?), outras duas foram concedidas em 1817, no Rio de Janeiro, ao Príncipe de Metternich (Abril 7) e ao Conde d'Eltz (Setembro 14) e, em 1819, ao Arcebispo de Damieta (Janeiro 25)¹. Após o regresso a Lisboa e em pleno período constitucional, D. João VI envia em 1822 as insígnias de Grã-Cruz da **Ordem Militar da Torre e Espada** ao rei Fernando VII de Espanha e a vários

infantes seus sobrinhos e netos, e as da **Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa** à sua filha Maria Francisca de Assis, a sobrinhos e netos (31 de Outubro), sendo que todos estes agraciamentos foram devidamente autorizados pelas Cortes (nos diplomas de concessão D. João VI intitula-se «*por Graça de Deus, e pela Constituição da Monarchia, Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves*»²).

Em 1823 é a vez das Cortes Gerais apreciarem o projecto de um novo distintivo emblemático, a **Ordem de Mérito Constitucional** (Março 29), destinada aos «*beneméritos da causa da Constituição, que tiverem defendido com valor e com lealdade os foros de cidadão português, quer seja na paz, quer na guerra*»,³ que não teve seguimento, mas que esteve na base ideológica de uma outra Ordem, de uma Ordem Nova da Torre e Espada, do **Valor, Lealdade e Mérito**, renovada, à imagem do Duque de Bragança, D. Pedro (1832).

A Banda das Três Ordens Militares Portuguesas

Repostos os direitos da Realeza pela revolução transmontana de 1823 e pela Vila-Francada, logo em Setembro D. João VI manda entregar a Grã-Cruz da **Ordem da Torre e Espada** ao rei Jorge IV da Grã-Bretanha (recebendo em troca a **Ordem da Jarreteira**, a 19)⁴ e, a 28 de Novembro, concede aos seus netos infantes espanhóis e pela primeira vez, um dos mais emblemáticos e raros distintivos da monarquia portuguesa do século XIX, a **Grã-Cruz ou Banda das**



Duas Ordens Militares de Cristo e de Avis, a que se seguiria, no ano seguinte, aquela que ainda é hoje a mais importante e representativa insígnia do Estado Português: a **Grã-Cruz ou Banda da Três Ordens Militares de Cristo, de S. Bento de Avis e de Sant'Iago da Espada**, concedida em 1824 ao czar Alexandre I da Rússia (Fevereiro 10) e a Frederico VI da Dinamarca (Maio 25) e, em 1825, a Guilherme I dos Países Baixos (Outubro 10) e a Frederico III da Prússia (Outubro 17)⁵.

O início da modernidade emblemática

Está hoje vulgarizada, como norma protocolar, a troca de condecorações entre Chefes de Estado, mas nem sempre foi assim em Portugal. Esta tradição começou precisamente no reinado de D. João VI, em 1823 com a troca de Ordens

com o soberano inglês e, principalmente, desde 1824, pela adopção da **Banda das Três Ordens Militares (BTO)** como suprema insígnia emblemática do Reino (criada em 1789, a BTO só tinha sido desde então concedida, com uma única excepção, ao soberano e ao príncipe real, por direito próprio).

Foi essa **BTO** que D. João VI concedeu ao imperador da Rússia, recebendo em troca a Grã-Cruz das três **Ordens de Sto. André, de Sta. Ana e de Sto. Alexandre** (Fevereiro 16), ao rei da Dinamarca, sendo agraciado com a Grã-Cruz da **Ordem do Elefante** (Maio 21), ao rei dos Países Baixos, que lhe enviou a Grã-Cruz da **Ordem do Leão de Ouro** (Outubro ?) e ao rei da Prússia, que retribuiu com a Grã-Cruz da **Ordem da Águia Negra** (Outubro ?).

A única excepção, acima referida, foi a **BTO** dada a Carlos IV da Espanha em 1796 (quando o príncipe regente recebeu, em Badajoz ou em Elvas, a Grã-Cruz da **Ordem de Carlos III**) de que não existem registos documentais, mas que figura no peito do monarca espanhol em dois quadros de Goya, de 1799-1801, do Museu do Prado.

Das insígnias perdidas de D. João VI

Por estes registos, finalmente encontrados nos arquivos do IAN/TT, ficamos também a saber a data aproximada de algumas Ordens estrangeiras recebidas por D. João VI e de que não havia, nem memória anterior, nem insígnias na colecção do Tesouro Real, no Palácio da Ajuda (foram parti-



Ainda não nos conhece?

CRONICA Numismática

Com as notícias, artigos e reportagens que a você lhe interessam: Numismática Antiga e Moderna de Espanha e do resto do Mundo, Novidades, Ofertas Comerciais, Leilões, etc.

**Tudo sobre moedas, notas e medalhas.
Não perca esta oportunidade!**

Peça o seu exemplar gratis a:

**CRONICA
Numismática**

c/. Lagasca, 18
28001 - Madrid (Espanha)

lhadas em 1826 e couberam ao quinhão de D. Miguel, tendo sido entregues aos seus herdeiros a 24 de Abril de 1942⁶, mais de um século depois da convenção de Évora Monte: o pendente da banda da Ordem do Leão de Ouro dos Países Baixos e uma placa da Ordem da Águia Negra da Prússia.

Outras insígnias de Ordens estrangeiras de D. João VI perderam-se com a guerra entre os dois irmãos seus filhos: a 14 de Agosto de 1834, ao serem conferidas as pratas e outras preciosidades entregues por D. Miguel I em Évora, verificou-se faltarem, entre outros bens do Tesouro Real, os pendentes das bandas das Ordens da Prússia (Águia Negra), da Dinamarca (Elefante) e da Suécia⁷ (desta não existe qualquer registo documental que diga qual a Ordem recebida, nem sequer a Ordem portuguesa dada em troca).



Se houve mudança de um antigo para um novo regime, foi com D. João VI que tudo começou, é a ele que Portugal e o Brasil devem a modernidade das suas tradições emblemáticas, de tudo aquilo que hoje achamos normal suceder num Estado moderno.

JANO SL

*Enviamos gratuitamente a quem nos
solicitar listas de:*

**Moedas Gregas, Romanas e
Bizantinas**

**Moedas menores estrangeiras
Duros estrangeiros**

**Moedas menores e Duros
Espanhóis**

**Notas de todo o Mundo
Livros de Numismática**

JANO sl. - Alcalá 35 - 28014 Madrid
Espanha

Tel:0034 915228030

Fax:0034 915233585

¹ IAN/TT, *Registo de Nomeação de Grão Cruzes, L.º I - 1789/1846*, Ministério do Reino, A.S.E., Livro 200.

² Id., *Registo dos Diplomas de Condecorações das Ordens Portuguesas concedidas pelos nossos Reis a outros Soberanos e Príncipes, L. 1.º - 1789/1865*, Ministério do Reino, Livro 914.

³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 76, 31 Março de 1823, p. 660.

⁴ IAN/TT, *Do Espólio e Herança que ficou de Sua Magestade Imperial e Real o senhor Dom João VI de Saudosa Memória... - 1826*, doc. n.º 1 apenso, *Relação das Jóias Del Rey Nosso Augusto Amo e Senhor de que está encarregado o Seu criado Particular Thomas A. Carneiro...1807-1825 (31 de Janeiro)*, C. Forte 109.

⁵ Id., *Registo dos Diplomas de condecorações...1789/1865*, Ministério do Reino, Livro 914.

⁶ Banco de Portugal, Arquivo Histórico, *Jóias de D. Miguel*, processo dactilografado, Lisboa, 1945.

⁷ IAN/TT, *Livro do Registo dos papéis relativos às Preciosidades pertencentes à Coroa, extinta Casa do Infantado, e outras vindas de Elvas em Junho de 1834*, ex-AHMF, Casa Real IX-T-(42).